

PROGRAMA CULTURA VIVA: UMA DÉCADA E MÚLTIPLAS VISÕES

Lia Calabre¹

Deborah Rebello Lima²

A cultura se faz no território! Esta é uma afirmativa que nem sempre é considerada como válida, quando se trata da elaboração de políticas públicas para o campo da cultura. Ao longo do século XX, vivemos sob governos (democráticos ou não) que consideravam a cultura como um fator de unidade nacional. Havia a ideia de uma determinada cultura que amalgamava, ou submetia um conjunto de outras para formar a chamada cultura nacional. Os modelos de democratização cultural, aplicados nas últimas décadas do século passado, mostraram-se inadequados para o florescimento de sociedades menos desiguais. A ideia de um Estado centralizado, no qual se originam o conjunto de decisões sobre a oferta cultural para todo o país, terminou por reproduzir um padrão concentrador de capital simbólico do qual historicamente eram detentores determinados segmentos sociais pertencentes às altas e médias camadas da sociedade.

O Programa Arte, Educação e Cidadania ou, como é mais conhecido, o Programa Cultura Viva, completou 10 anos em 2014. Podemos dizer que ele inaugurou uma diferente forma de proceder dentro da relação que se estabelece entre o Estado – em especial representado pelo Ministério da Cultura – e a sociedade. O discurso, muito mais retórico, sobre o respeito à liberdade de criação, ao fornecimento de acesso aos bens culturais, está há várias décadas presente nos documentos do Minc. Já a busca da efetividade, através da construção de políticas públicas de cultura, do conceito de democracia e de cidadania culturais, vem sendo realizada há pouco mais de uma década.

O Programa Cultura Viva em suas diversas ações e, mais especificamente, nos Pontos de Cultura, tem se tornado objeto de estudos acadêmicos nas mais diversas áreas do conhecimento e, em diferentes instituições de ensino do país. Seja por sua presença nacional, seja pela diversidade de ações que o programa contém ou, ainda, por seu principal e inovador foco (que é o de fortalecer ações promovidas pela sociedade civil),

¹ Doutora em História, pesquisadora e chefe do Setor de Estudos de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, Ministério da Cultura. e-mail:liacalabre@rb.gov.br

² Mestre em História, Política e Bens Culturais, pesquisadora associada no Setor de Estudos de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, Ministério da Cultura. e-mail:deborahrebellolima@hotmail.com.

o Programa vem merecendo um olhar mais atento e múltiplo por parte dos estudos acadêmicos. Ele se transformou em uma espécie de laboratório de experiências inovadoras, que demandam e permitem atenções diferenciadas, que impactam, ainda que de maneira muito diferenciada, o território.

Os artigos que compõem esse volume comemorativo são oriundos de pesquisas bem diferentes entre si, seja em suas origens, seja em seus estágios de desenvolvimento ou nos recortes realizados. O Programa Cultura Viva é dinâmico e múltiplo, assim como múltiplas também devem ser as análises que se produzem sobre o mesmo.

Do DO-IN antropológico à política de base comunitária – 10 anos do Programa Cultura Viva: uma trajetória da relação entre Estado e sociedade, de Lia Calabre e Deborah Rebello Lima, traz uma reflexão sobre a trajetória cumprida pelo Programa Cultura Viva, ao longo de uma década. O objetivo principal é o de analisar como a ação governamental é problematizada, no campo de avaliação de políticas públicas, além de trabalhar com as tensões entre as formas de relacionamento do Estado com os grupos sociais.

Sophia Cardoso Rocha nos apresenta a experiência do Estado da Bahia, em **A estadualização do Programa Cultura Viva**. O estudo narra como o MinC terminou por adotar, com o modelo de descentralização, a reprodução de programas e projetos de sua própria autoria; verifica que o Programa Cultura Viva foi o principal eixo de ação do Programa Mais Cultura, que promoveu a sua expansão, chegando até a atual discussão sobre o Sistema Nacional de Cultura.

Luciana Piazzon Barbosa Lima e Pablo Ortellado, em **Desafios jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos Pontos de Cultura no Estado de São Paulo**, elaboram um diagnóstico fundamental dos entraves jurídicos e administrativos que acabaram por se refletir na prestação de contas das instituições beneficiadas pelo Programa Cultura Viva. O trabalho foi realizado com base na experiência dos Pontos de Cultura do Estado de São Paulo e aponta para a necessidade de revisão dos instrumentos reguladores do programa e, mais amplamente, das políticas assentadas sobre a parceria do Estado com instituições da sociedade civil.

Cultura Viva: encantamento e mobilização por direitos culturais, de Tereza Ventura, apresenta uma reflexão sobre a Lei Cultura Viva e sua relação com o processo de luta pela institucionalização dos direitos culturais comunitários no Brasil. Partindo de uma abordagem da relação cidadania e cultura no debate pós-constituente, discute a inserção dos enunciados da diversidade nas políticas públicas e na emergência do Programa Cultura Viva.

Luiz Augusto F. Rodrigues e Alexandre S. Santini Rodrigues, **em Cultura Viva: novos atores na cena política brasileira**, discutem a emergência de agentes juvenis e de movimentos socioculturais que surgem como consequência de políticas culturais implementadas na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, especialmente do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, tomando como estudo pontual o projeto Ponto de Cultura Niterói Oceânico. Examinam a construção de um movimento social de novo tipo, que emerge a partir do campo das políticas culturais.

Em **Transformações Vitais de Pontos de Cultura no Organismo do País**, Ana Lucia Pardo analisa o Programa Cultura Viva, a partir da lógica de construção de uma política pública de cultura, buscando identificar, nas ações implementadas, possíveis práticas emancipatórias e questionadoras da hegemonia dominante. O trabalho é construído a partir do diálogo entre princípios teóricos e pesquisa de campo realizada em três Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

O Cultura Viva e sua potência discursiva, de Jocastra Holanda Bezerra e José Márcio Barros, a partir da pesquisa documental e da coleta de depoimentos de agentes envolvidos com o Programa, nos oferece uma interessante reflexão sobre a potência discursiva do mesmo. O artigo busca fazer uma análise, não do discurso em si, mas do alinhamento discursivo entre a instituição e os instituintes, no dizer dos autores.

Patricia Dorneles, em **Jovens em território e territorialidade: experiências estéticas e de engajamento nas ações culturais dos Pontos de Cultura da Região Sul**, analisa o Programa Cultura Viva como uma política cultural que possibilita o surgimento e/ou o fortalecimento de novos territórios de produção, identidade e ação cultural. Estes

territórios surgiriam a partir dos Pontos de Cultura, através da emergência de seus próprios atores, da criação de redes intercambiáveis de produção cultural, daquilo que é vivido, na geração de ambiência dos mesmos. Parte das reflexões teve por base a pesquisa realizada diretamente com jovens que atuaram como Agentes do Programa Cultura Viva na região sul do país.

Em ***Pequenos mundos de sentido: as redes e a gestão compartilhada no Cultura Viva***, a partir da escola francesa da análise do discurso, Valéria Viana Labrea e Leila Martins Chalub descrevem os diferentes *efeitos de sentidos* que os discursos sobre *rede* e *gestão compartilhada* produzem. A partir do Programa Cultura Viva, as autoras afirmam que as redes de cultura são *híbridas* porque, discursivamente, apresentam os valores contra-hegemônicos, mas se estruturam de modo hierárquico, como as redes hegemônicas.

Anne Gillman nos apresenta, em ***A Democracia Inacabada: relações sociedade-Estado no contexto da política Ponto de Cultura em Alagoas***, os resultados preliminares de seu estudo sobre as relações Estado-sociedade, no campo das políticas públicas e da construção de instrumentos de participação social. Para a autora, os Pontos de Cultura talvez figurem entre os mais inovadores e radicais exemplos de novas políticas. Foi realizado um estudo qualitativo dos Pontos de Cultura no Estado de Alagoas, com o objetivo de refletir sobre como o programa pode alterar relações Estado-sociedade de maneira a impulsionar processos de democratização.

Em ***Territórios criativos: atividades dos Pontos de Cultura de Natal-RN***, os autores Marcel Lúcio Matias Ribeiro, Nara da Cunha Pessoa, Fernanda Ferreira da Silva e Rafaela Felipe Fagundes da Silva apresentam um estudo sobre os Pontos de Cultura de Natal, Rio Grande do Norte. Buscando pensá-los como Territórios Criativos, os autores mapeiam algumas das atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura, em especial, aquelas que possuem o potencial de garantir-lhes sustentabilidade.

Déize Almeida Botelho e Alexandre Silva dos Santos Filho, em ***Cultura viva na amazonidade paraense***, apresentam um estudo sobre o Programa Cultura Viva e sua

relação com o processo de desenvolvimento cultural de Marabá, sudeste do Pará. A análise tem como elemento chave a experiência do Ponto de Cultura Galpão de Artes de Marabá – GAM, apresentado como palco de discussão, reflexão e práticas dos movimentos artísticos e culturais, num recorte de acontecimentos compreendidos no período de 2004 a 2011.

Uma ótima leitura para todos!